

Uma política de língua para o português

Maria Helena Mira Mateus

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituto de Linguística Teórica e Computacional

As várias intervenções sobre política linguística que tenho feito nos últimos anos estão de um modo geral voltadas para a actuação de Portugal como sujeito dessa política, e estão fixadas na língua como objecto mesmo quando consideram a importância do uso do português em contextos multilingues. Hoje, porém, julgo que a montante das propostas apresentadas em nome de uma política linguística com essas características, existem interrogações que não costumamos trazer à superfície, e que exigem respostas.

Estou convicta de que qualquer reflexão sobre política linguística se insere obrigatoriamente num cenário internacional de redes de interesses e de solidariedades institucionais. Esta viragem de orientação política reconhece-se em todas as áreas, e não pode deixar de ser tida em conta no que respeita à política da língua, seja como língua materna seja como não materna. Creio que a perspectiva que devemos ter actualmente ao delinear o que denominamos política linguística, aplicada neste caso ao português, deve ser vasta e abrangente e deve estabelecer conexões entre todos os intervenientes.

Por outro lado, na base das concretizações a fazer e das medidas a tomar relativamente a uma política da língua, situam-se algumas perguntas com as quais se justificam as acções a levar a efeito. Isto, porque definir uma actuação nesta área não se compadece já, nem apenas, com as afirmações gerais que se encontram nos textos oficiais sobre a necessidade de expandir o conhecimento do português, de prestigiar a língua que falamos, de tomá-la como identificadora da nossa forma de estar no mundo, ou em outros aspectos igualmente vagos e pouco fundamentados. Falar hoje sobre política linguística não interessa se se limitar à exclusiva indicação de formas concretas de difusão da língua, sem se saber exactamente onde, como e para quê.

Assim, começo por pôr algumas perguntas sobre afirmações que normalmente são tomamos como axiomas, e sugiro respostas breves que são apenas o início de uma reflexão a fazer posteriormente e em outro lugar.

O que quer dizer uma “política linguística”?

Entendo por política linguística um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua.

Admitindo que os cidadãos são os seus principais beneficiários, podemos perguntar que benefícios se tem em vista quando se desenha uma política linguística. Parece lógico afirmar que os benefícios decorrem do que caracteriza, em todos os planos, a utilização da língua.

Assim, se se trata da língua materna, comecemos por admitir a seguinte afirmação: o domínio do uso da língua é considerado como uma referência fundamental para a avaliação do desenvolvimento psicológico e social dos indivíduos. Em consequência, a política da língua deve englobar todas as actividades que tendam

- a aprofundar e treinar a utilização da língua materna,
- a aumentar a auto-confiança dos falantes de modo a permitir-lhes expressarem-se fluentemente e com segurança em público e através da escrita,
- a estabelecer um distanciamento em relação à língua que leve os falantes a reflectir sobre ela e conhecê-la cada vez melhor.

Sobretudo, a política linguística deve estimular os falantes a perceberem e sentirem que a língua que falam, pela possibilidade que lhes dá de se expressarem e comunicarem, merece ser enriquecida e trabalhada por eles com entusiasmo porque é uma forte característica da sua identificação. Ela serve o quotidiano dos indivíduos e contribui para a sua realização como membros de uma sociedade.

A política linguística deve ainda suscitar a aceitação da variação que exibem todas as línguas, variação que se aceita como diversidade mas não como prova de inferioridade ou superioridade. O reconhecimento desta diversidade contribui para criar nos indivíduos um espírito de cidadania tolerante. Estamos portanto, também aqui, a considerar a política linguística no que respeita à língua materna, visto que o conceito de variação se aplica tanto às variedades geográficas como sócio-culturais ou de registo de discurso.

É na concretização da política linguística dirigida à língua materna que se justifica a inclusão do português como disciplina curricular, disciplina que se deve processar de forma estimulante e ter, como um dos principais objectivos, esclarecer o que significa comunicar em contextos diversificados e com finalidades diversas. Nesta vertente da política da língua materna, está igualmente contido o incentivo à produção literária, o desenvolvimento da imaginação, o apuramento do sentido estético.

Pertence obrigatoriamente a uma política de língua responsável o apoio público e privado a traduções de textos de áreas científicas, culturais e humanísticas que evidenciem a natural possibilidade do português se instituir como veículo de transmissão de conhecimento (merece aqui menção a instituição do prémio de Tradução Científica e Técnica instituído pela FCT e pela União Latina). O trabalho sobre a língua para fins específicos, o desenvolvimento dos léxicos de especialidade são obrigações de quem considera que a política linguística tem importância fundamental na cultura de uma

comunidade. E é também função das autoridades que desenham uma política linguística o criarem instrumentos de normalização credíveis que possam ser aceites como a referência no uso da língua.

Se falei de uma política linguística constituída por acções que tragam benefícios aos falantes de português como língua materna, esta definição também se aplica quando a língua portuguesa é língua segunda, como o português em África e em Timor na sua função de língua veicular e de escolarização, em convivência com as línguas nacionais. Inserido nesses diferentes contextos sócio-culturais, o português torna-se uma variedade específica no conjunto das variedades da língua, tal como, desde há muito ocorreu com o português no Brasil e até, naturalmente, sucede com a evolução do português europeu. A aquisição do conceito de variação como ocorrência de formas diferentes que têm o mesmo estatuto em todas as variedades é uma das contribuições mais válidas do ensino da língua para a formação educativa. A riqueza da variação é inegável: “O que fez a espécie humana sobreviver não foi apenas a inteligência, mas a nossa capacidade de produzir diversidade” diz Mía Couto.

Para que a política da língua traga benefícios aos falantes, essa variação que é diferença deve estar presente como uma preocupação constante quando se trata de ensinar a língua portuguesa num contexto multilingue, e quando grande parte dos alunos, como os africanos e timorenses, contacta com a língua portuguesa apenas a partir do início da escolarização. Nesta circunstância é desejável que as línguas maternas dos alunos ocupem um espaço na escola tendo presente a importância da língua materna no desenvolvimento cognitivo da criança e no reforço da sua identidade cultural. Como nas situações acima mencionadas o português é língua de escolarização, a presença na escola das línguas maternas dos alunos representa uma opção pelo ensino bilingue que se concretiza em graus diferentes conforme as possibilidades. Esta opção é vantajosa mesmo para a aquisição do português, e não significa, de modo algum, alteração do estatuto do português como língua oficial. Pelo contrário. As crianças que dominam mais do que uma língua têm probabilidades acrescidas de atingir um nível superior de desenvolvimento das capacidades metalinguísticas e cognitivas, e estão mais bem preparadas para adquirir novas línguas e novas culturas, e para reconhecer a importância de usar várias línguas. Segundo o sociólogo André Béteille, “Conhecer uma língua nos torna humanos; sentirmo-nos à vontade em mais do que uma língua nos torna civilizados”. Quero, neste ponto, fazer ressaltar que várias podem ser as línguas não maternas cuja aprendizagem traz os benefícios citados, e que isso não sucede apenas com o inglês, como por vezes parece acreditar-se, ou apenas com as línguas usadas habitualmente nos organismos internacionais.

Para alcançar as finalidades mencionadas de ensino e utilização do português, em convívio e interacção com outras línguas maternas ou maioritárias em África ou em Timor, é necessário (e passo a indicar algumas acções concretas):

Trabalhar em conjunto com o Brasil e definir, com este país, uma política de difusão do português (é absolutamente inaceitável que portugueses e brasileiros se não entendam quando se trata, afinal, de ensinar uma única língua, por se considerarem, uns ou outros, detentores de uma variedade superior).

Definir a política linguística com os países em que o português é falado em contexto multilingue, que são parceiros indispensáveis na determinação dessa política (CPLP) (também aqui a colaboração com o Brasil é importante, tendo em consideração os muitos séculos em que o português convive com línguas e culturas ameríndias, embora nem sempre da melhor maneira).

A presença do português nos países multilingues tem funções de extrema importância sociocultural, e não se restringe à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Na realidade, a língua portuguesa é seguramente, nesses cenários, um enriquecimento dos falantes por ficarem a conhecer uma língua além da sua própria. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre culturas e línguas, estatuto que só se consegue se os países que partilham a mesma língua, quer como materna quer como veicular, trabalharem em conjunto.

Essa colaboração é a natural consequência da formação da CPLP na base da qual esteve a partilha da língua portuguesa. Por isso a CPLP tem como um dos seus principais objectivos “a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”. Materialização não pode ser uma promessa vaga mas uma concretização do que é preciso, desejável e possível fazer. Não sei se as reuniões da CPLP têm discutido estas questões, mas não há conhecimento público de que tal tenha sucedido.

Na continuação do que foi dito, consideram-se actuações válidas para uma aprendizagem correcta do português nos países multilingues de África e Timor:

Levar a efeito a formação de profissionais para o ensino do português como língua veicular e de escolarização, incluindo nessa formação o conhecimento dos mecanismos que guiam a aprendizagem de uma língua segunda.

Garantir que os alunos têm acesso à informação em língua portuguesa nos mais variados domínios, reforçando junto dos estudantes a convicção de que o português tem valor para usos científicos e técnicos.

Desenvolver o estudo das línguas nacionais dos países onde o português é língua oficial, e das características da sociedade local onde o aluno vive. A investigação sobre as línguas nacionais permite, inclusivamente, trabalhá-las numa perspectiva comparativa em relação à língua portuguesa e enriquecer os léxicos de especialidade, principalmente os que podem ir ao encontro da realidade dos países onde o português é língua segunda.

Reforçar o apoio governamental (Instituto Camões, Ministérios de Cultura e da Educação) a projectos dinamizadores de acções conjuntas e de parcerias com países em que o português é língua segunda e conseguir uma coordenação das acções de cooperação no campo linguístico e cultural entre as diversas instituições intervenientes.

Para terminar, cito um belíssimo testemunho de quem tomou consciência de que possuía duas línguas – a materna e a não materna – e com ambas se foi construindo como pessoa. É uma linda história que começou com uma poesia de um mirandês, Amadeu Ferreira, que desde sempre tinha sido levado a falar português na escola e em actos públicos, até que um dia despertou para a consciência da sua língua materna. A poesia atravessou o Atlântico e entrou no coração de um guarani. Eis as suas palavras:

Vivi muitos anos com a língua entortada
porque fui obrigado a falar palavras estranhas de uma outra língua.
Por isso durante muitos anos fiquei emudecido.

(...) O tempo passou, e agora tenho duas línguas.
Uma língua nasceu comigo, no colo da minha mãe.
É a língua que expressa a alma guarani.
É a língua do tekoha, da opy.

(...) Tudo isso com ela eu faço: rio e choro, rezo e canto.
Com ela, eu sou o que falo: guarani.
A outra língua que tenho é a que sobrou de uma guerra de muitas batalhas.

(...) Agora já não posso mais viver sem as duas.
Estou sempre trocando de língua com um pouco de medo,
como se fosse um caso de bigamia.
Uma língua sabe coisas que a outra desconhece,
Acham graça uma da outra, fazem gozação e às vezes se zangam.
Afora isso, elas se dão tão bem que sonho nas duas ao mesmo tempo.

(...) Ambas pensam, mas há partes do coração em que uma delas não consegue entrar e quando se aproxima da porta, o sangue se põe a jorrar com as palavras.

Cada uma foi professora da outra:
o guarani nasceu primeiro
e eu me habituei a dormir embalado por sua suave sonoridade musical.
O guarani não tinha letra, é verdade, mas era o dono da palavra falada.
Ensinou ao português os segredos da oralidade, guiando-lhe a voz.
Já o português, nascido na ponta dos meus dedos,
ensinou o guarani a escrever,
porque este nunca havia frequentado a escola.
Tenho duas línguas comigo.
Duas línguas que me fizeram e já não vivo sem elas,
nem sou eu, sem as duas.

(Adaptado de uma poesia sobre o mirandês da autoria de Amadeu Ferreira).

Bibliografia

- Barros Ferreira, Manuela (2001). O Mirandês no Ano Europeu das Línguas. In In Maria Helena Mira Mateus, (coord.) *Mais línguas, mais Europa: celebrar a diversidade linguística da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, pp.35-41.
- Bessa Freire, José Ribamar (coord.) (2009). *O Caminho da Sabedoria*. Rio de Janeiro: Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional/ Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.
- Faraco, Carlos Alberto (2009). *Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política*. Conferência de encerramento do Congresso em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva. S. Salvador da Bahia.
- Lopes, Armando Jorge (1998). O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística. In Maria Helena Mira Mateus, (coord.) *Uma política de língua para o Português*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 15-32.

Comunicações